



## Método intuitivo na instrução pública paranaense: diálogos com a Revista *A Escola* (1906-1910)<sup>1</sup>

The presence of the intuitive method in public instruction in Paraná: dialogues with the Journal *A Escola* (1906-1910)

La presencia del método intuitivo en la instrucción pública en Paraná: diálogos con la Revista *A Escola* (1906-1910)

Tony Honorato

Universidade Estadual de Londrina (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-3057-1157>

<http://lattes.cnpq.br/7101545385569249>

[tony@uel.br](mailto:tony@uel.br)

Rosiclea Rodrigues da Silva

Universidade Estadual de Londrina (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-5583-9928>

<http://lattes.cnpq.br/4490192423588566>

[rodriguesrosicleia@hotmail.com](mailto:rodriguesrosicleia@hotmail.com)

### Resumo

Neste artigo, discorre-se sobre a presença do Método Intuitivo na Instrução Pública Paranaense divulgada pela Revista *A Escola* (1906-1910). Para tanto, foram usadas as edições da Revista *A Escola: Revista do Gremio dos Professores Publicos do Paraná*. As premissas do texto estão ancoradas nas discussões respaldadas em autores que pesquisam sobre o Método Intuitivo, como Valdemarin (2004) e Schelbauer (2003), e em autores que pesquisam a imprensa pedagógica, como Catani (1996), Carvalho (1998), Bastos (2002) e Rodrigues e Biccas (2015). A questão fundamental foi identificar e analisar as discussões feitas pelos colaboradores da Revista *A Escola* (1906-1910) acerca do Método Intuitivo. Como resultado, pôde-se considerar que o Método Intuitivo teve espaços nas políticas para a Instrução Pública Paranaense e que os colaboradores da Revista *A Escola* usaram dessa imprensa para disseminar as ações que estavam sendo feitas, conectadas com a concepção de escola moderna para a época.

**Palavras-chave:** Método Intuitivo. Instrução Pública Paranaense. Imprensa Pedagógica.

---

<sup>1</sup> Esta produção contou com o apoio financeiro do PROAP/CAPES e do Edital de Publicação do PPEdu/UEL.

## Abstract

In this article, we discuss the presence of the Intuitive Method in Public Instruction in Paraná, published by the magazine *A Escola* (The School) (1906-1910). For this purpose, we have used the editions from the Journal *A Escola: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná* (The School Magazine: Guild's Magazine of Public Teachers in Paraná). Our premises were anchored in the perspective of Cultural History and our discussions were supported by authors who research about the Intuitive Method, such as Valdamarin (2004) and Schelbauer (2003) and in authors who research the pedagogical press, such as Catani (1996), Carvalho (1998), Bastos (2002) and Rodrigues and Biccás (2015). The fundamental question of this research was to identify and analyze the discussions made by the collaborators of *Revista A Escola* about the Intuitive Method. As a result, we could consider that the Intuitive Method had space in the policies for Public Instruction in Paraná and that the collaborators of the magazine *A Escola* used this press to disseminate the actions that were being carried out connected with the concept of a modern school for the time.

**Keywords:** Intuitive Method. Public Education in Paraná. Pedagogical Press.

## Resumen

En este artículo, discutimos la presencia del Método Intuitivo en la Instrucción Pública en Paraná, promocionado por la Revista *A Escola* (La Escuela) (1906-1910). Para eso, utilizamos las ediciones de la Revista *A Escola: Revista do Grêmio dos Professores Públicas do Paraná* (Revista de la Asociación de Maestros Públicos de Paraná). Nuestras premisas estuvieron ancladas en las discusiones de autores que investigan el Método Intuitivo como Valdamarin (2004) y Schelbauer (2003), y autores que investigan la prensa pedagógica, como Catani (1996), Carvalho (1998), Bastos (2002) y Rodrigues y Biccás (2015). La cuestión fundamental fue identificar y analizar las discusiones realizadas por los colaboradores de la Revista *A Escola* sobre el Método Intuitivo. Como resultado, pudimos considerar que el Método Intuitivo tuvo espacio en las políticas de Instrucción Pública en Paraná y que los colaboradores de Revista *A Escola* utilizaron esta prensa para difundir las acciones que se estaban realizando, conectadas con la concepción de la escuela moderna para la época.

**Palabras clave:** Método intuitivo. Instrucción Pública de Paraná. Prensa Pedagógica.

## Introdução

O artigo versa sobre o Método Intuitivo presente na organização e no funcionamento escolar na sociedade paranaense da primeira década do século XX, segundo a imprensa pedagógica. Como proposição geral, propõe-se compreender como o Método Intuitivo foi notado pelos colaboradores da Revista *A Escola* (1906-1910) vinculada ao Grêmio dos Professores Públicos do Estado do Paraná.

O uso dessa imprensa como fonte foi decorrente da concepção de que, no campo da História da Educação, elementos os quais, por muito tempo, não tinham espaço na historiografia começaram a ser problematizados, visto que a construção da história ficava restrita aos estudos documentais oficiosos considerados como estratégias seguras para estabelecer verdades absolutas (LOPES; GALVÃO, 2005). Diante das novas possibilidades de fontes e temáticas, tem-se a possibilidade de estudar o campo da Educação considerando a imprensa especializada frequente em trabalhos de diversos autores, entre eles: Sousa e Catani (1994); Catani (1996); Carvalho (1998); Bastos (2002); Nóvoa (2002); Rodrigues e Biccas (2015).

A imprensa pedagógica diz sobre os anseios e receios referentes ao campo educativo em um determinado tempo, espaço e conjuntura sociocultural. Eles são de caráter único e permitem uma percepção contextualizada dos acontecimentos em relação às orientações e determinações legais, o que também se concretizou na realidade do aparelho escolar. Catani (1996) destaca que:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional [...] (CATANI, 1996, p.117).

Há variedade de temas possíveis em uma determinada revista pedagógica, e isso caracteriza a importância de um periódico especializado como fonte histórica de pesquisa, uma vez que seus conteúdos são singulares e expressam concepções de um público, bem como um contexto marcado por suas especificidades.

Assume-se aqui a Revista *A Escola* (1906-1910)<sup>2</sup> como uma imprensa pedagógica e, como fonte histórica. Ela tem a contribuir para o conhecimento e para a compreensão da escolha do Método Intuitivo na Instrução Pública Paranaense em detrimento de outros métodos de ensino divulgados na primeira década do século XX, época de elaboração e disseminação dos números da Revista *A Escola*.

Ao realizar a leitura da Revista *A Escola*, buscaram-se, aos poucos, elementos para delimitar um eixo para a pesquisa aqui apresentada. Inicialmente, foram assumidos como eixo os métodos de ensino, que representam, de certo modo, as preocupações do professorado até os dias atuais. Esse tema foi eleito a partir da leitura atenta acerca dos conteúdos da Revista *A Escola*, o que permitiu identificar como eles foram abordados pelos colaboradores da Revista. Em seguida, o foco foi direcionado para o Método Intuitivo, visto que este foi defendido como o método mais coerente para atender as concepções de educação ligadas aos ideais republicanos.

Partiu-se da premissa de que os métodos acompanham a história da educação escolar. Eles explicitam concepções de educação, de aluno e de materiais pedagógicos. Nas palavras de Oliveira (2003, p. 231), “[...] a história dos métodos de ensino liga-se à

<sup>2</sup> Exemplares físicos da Revista *A Escola* (1906-1910) foram consultados no acervo da Biblioteca Pública do Paraná, localizada na cidade de Curitiba (PR).

história da educação da humanidade, e tão intimamente que não se pode falar de uma sem também falar da outra”. O autor, ao discorrer acerca dos materiais produzidos em relação aos métodos, de modo especial, aqueles relacionados à leitura e elaborados por alguns professores do século XIX, acrescenta que: “[...] os métodos que existem são filhos de longos e penosos esforços dos seus autores, e foram preparados pacientemente debaixo de um plano ou de um princípio, que nasceu, fecundou e desenvolveu-se à luz da experiência” (OLIVEIRA, 2003, p. 240).

Os métodos são elaborados por meio de um dado contexto e das experiências decorrentes das relações que se estabelecem nesse contexto. Ao definir métodos, Morandi (2002, p. 26) afirma que o método é etimologicamente aquilo que permite ascender ao lugar que se busca: é um caminho (*odos*, “estrada”) que permite atravessar (*meta*, “através”). O sentido de um método é o de caminhar e de um procedimento, da continuação finalizada e organizada de uma atividade num caminho que permite encontrar. O método depende ao “[...] mesmo tempo daquilo para que se pretende e do caminho que para lá conduz: ele é conduta e encaminhamento” (MORANDI, 2002, p. 26).

A presença dos métodos de ensino na imprensa pedagógica auxilia na compreensão dos limites e das possibilidades educacionais em um determinado período e lugar social. Esta pesquisa buscou, em termos gerais, compreender como o Método Intuitivo foi pensado para a Instrução Pública paranaense pelos colaboradores da Revista *A Escola* (1906-1910).

### **A defesa do Método Intuitivo e aproximações da Revista *A Escola* com os ideais republicanos**

A Revista *A Escola*, como imprensa pedagógica situada em Curitiba, capital do Estado do Paraná, apresenta discussões acerca dos métodos de ensino, enfatizando a defesa do Método Intuitivo. Convém situar que a referida defesa esteve diretamente relacionada ao viés político de concepção de sociedade liberal republicana. Nas palavras da diretoria do periódico:

a nossa maior preocupação, o interesse mais íntimo, o anelo mais intenso do povo que avança desassombrado pelas veredas rutilas da evolução, impulsionando pelas idéas liberaes victoriosas em consequencia do desaparecimento do throno que derruiu (A ESCOLA, 1906, ano 1, n.1, p.1)<sup>3</sup>.

A diretoria da Revista coadunava com os ideais republicanos. Convém salientar que foi comum, no período republicano, a elite fazer a defesa da educação para todos. No caso, a Revista expressa interesses da elite intelectual curitibana em relação à organização da Instrução Pública paranaense.

A Revista *A Escola* foi criada pelo Grêmio dos professores públicos do Paraná. Seu primeiro número impresso ocorreu em fevereiro de 1906, e suas publicações se estenderam até dezembro de 1910. A Revista era impressa pela *Tipografia a Vapor Impr. paranaense*, localizada em Curitiba. Na primeira publicação da Revista, na sua primeira página, encontra-se o objetivo pelo qual ela foi criada:

Ella vem, não só preencher uma lacuna mais ainda lidar sincera e descabeladamente em pró do progredimento da instrução pública do nosso futuroso Estado e da classe que a dirige, em labuta quotidiana e profícua. Fazer o mestre, dotar a escola de um pessoal

<sup>3</sup> Para diferenciar as citações da Revista, incluiu-se o ano e o número das edições consultadas e referenciadas, isso para efeito de auxiliar na identificação das fontes. O padrão ortográfico de época foi mantido nos conteúdos transcritos.

aparelhado para os prélios edificantes e gloriosos da inteligência, - Eis felizmente a preocupação quase unanime dos paranaenses, maximé do proeminente depositário do poder público local. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n.1, p.1)

Conforme a seção Noticiário da própria Revista, constata-se que o Dr. Sebastião Paraná foi o redator principal do periódico até junho de 1906. A partir de agosto desse mesmo ano, Dario Vellozo passou a ocupar essa função, permanecendo até o encerramento das edições, em 1910. Ao que se refere ao público-alvo, identificou-se:

Enviámos o primeiro número da A ESCOLA a todos os srs. Professores públicos e diretores de collegios particulares do Estado, bem como também a muitas outras pessoas. Aqueles que nol-o não recambiarem em tempo, serão considerados assignantes. Aos srs. sócios do Gremio dos Professores Públicos é grátis a assinatura. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n.1, p.13)

Os professores e diretores de estabelecimentos de ensino no Paraná eram o público-alvo, porém o acesso à Revista, salvo a primeira edição, dependia do pagamento da assinatura. Para os filiados ao Grêmio, a assinatura era gratuita. Para filiar-se ao Grêmio, era necessário ser professor e contribuir mensalmente.

No período de elaboração e disseminação da Revista *A Escola*, o Estado do Paraná passava por transformações em aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais. Bogoni (2018) situa a criação da Revista em um período pós-movimento intenso quanto à necessidade de transformação no que tange à instrução pública. No período de criação da Revista, “[...] houve uma propagação dos debates, para a reformulação do ensino e que o modelo considerado adequado privilegiava projetos para a modernização da sociedade” (BOGONI, 2018, p. 38). Entendia-se que a instrução renovaria a sociedade ao difundir valores morais, civis e patrióticos, além da instrução intelectual.

Os intelectuais que publicavam na Revista partiam da premissa de que a educação boa seria aquela sob os moldes norte-americano e europeu. Seus escritores consideravam que “a educação seria uma das chaves para o progresso moral, intelectual e material da população, o qual já se iniciara com a instauração da República brasileira” (MARACH, 2007, p. 22).

A educação potencializaria o processo de formação da nova sociedade, pois era vista como o caminho para a transformação social. Zanlorenzi (2014, p. 15) assevera que a Revista *A Escola* “cumprir a função de disseminação de um ideal educacional num período em que a educação assumiria papel central, no início do século XX”.

Era comum o discurso de que, por meio da educação, seria possível resolver os problemas da sociedade; para isso, bastaria instruir e educar o povo, lembrando que a instrução e educação eram baseadas em conteúdos intelectuais, cívicos e morais. Uma crença exacerbada que desconsiderava as transformações sociais de forma aprofundada. Sobre essa exacerbada do ensino, Fausto (1978, p.97) considera que esse fator é comum em sociedades que lidam com a “passagem do sistema agrário comercial para o sistema urbano industrial”.

A sociedade era vista como atrasada em relação aos recursos existentes, uma vez que, desde o século XIX, a necessidade da renovação do método de ensino esteve diretamente relacionada ao processo econômico. Com isso, evidenciava-se o interesse pela formação que trabalhasse tanto com “o progresso conquistado quanto a determinação social que lhe é intrínseca” (VALDEMARIN, 2004, p. 134). Assim, tem-se a materialização da confiança quanto ao conhecimento científico e ao progresso por meio

da inserção de recursos do cotidiano no ambiente escolar. Recursos que, embora não fossem utilizados por todos, deveriam ser ensinados, pois eram considerados símbolos de civilização. Dentre esses símbolos, Valdemarin (2004) menciona:

a locomotiva elétrica, o telégrafo, o navio, a fotografia, a bicicleta, o clorofórmio, o elevador, a refrigeração, a dinamite, a pilha seca, a tabela periódica dos elementos, o telefone, o princípio da vacina, o linotipo, o automóvel movido a gasolina, o pneu de borracha, a ferrovia, [...] a luz elétrica. (VALDEMARIN, 2004, p. 134)

Embora esse conjunto de símbolos da civilização não fosse usado por todos, ele começou a fazer parte do contexto escolar. Era preciso saber fazer uso de seus sentidos, bem como passar pelo processo republicano, uma vez que o homem já possuía domínio da natureza e faltava-lhe ter domínio da mente humana, que deveria:

ser disciplinada, regulada, de modo que compreenda “corretamente” o conhecimento dele advindo: é preciso educar as crianças desde cedo, com um conteúdo que desvende a possibilidade de domínio da natureza, por meio de um método que afiance a obtenção desse resultado. (VALDEMARIN, 2004, p. 134).

A estratégia de ensino considerada como a mais eficiente para o processo civilizatório foi o Método Intuitivo. Nesse sentido, por meio deste artigo, pode-se explicitar o que e quais concepções de Método Intuitivo foram disseminados pelos colaboradores da Revista *A Escola* (1906-1910).

### **Concepções: entre o Método Intuitivo e as Lições de Coisas**

Para analisar o termo Método Intuitivo presente nas páginas da Revista *A Escola* (1906-1910), foi preciso olhar para os tipos de publicação que compuseram essa imprensa pedagógica, visto que cada publicação possui especificidades e objetivos que as diferem. Marach (2007) destaca que encontrou, na Revista *A Escola*,

Manifestas opiniões, traduções de textos estrangeiros, poesias e outros tipos de fragmentos diversos escritos por professores públicos do Paraná. O periódico conta também com artigos de literatos e professores de outras cidades, bem como trabalhos de alunos do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. (MARACH, 2007, p. 11)

A organização da Revista era composta por seções que se repetem durante os cinco anos de sua elaboração e divulgação, as quais se podem denominar de estruturantes, sendo elas: Nossa Revista; Escola Normal; Biographia; Conteúdos de Francês; Conteúdos de Português; Noticiário; Expediente Oficial e Relatórios. Os noticiários eram divididos em subtemas.

As seções estruturantes possibilitaram um olhar mais atento para observar os diferentes tipos de publicação da Revista. Desse modo, delimitaram-se os seguintes tipos de publicações: Produções de alunas da Escola Primária; Cantos Infantis; Noticiários; Relatórios; Expedientes Oficiais; Conteúdos de Português; Conteúdos de Francês; Produções de estudantes; Traduções; Divulgação de Eventos; Biografias; Correspondências; Pareceres; e Artigos.

Schelbauer (2003), ao traduzir excertos da obra de Buisson<sup>4</sup> (1912), enfatiza a concepção do Método Intuitivo como método popular, que tinha como proposta partir da intuição como meio de conhecimento mais natural. Isso justificava a escolha desse método para a educação republicana, pois um dos ideais desse modelo de sociedade era o educar a todos, educar para que os cidadãos fossem capazes de votar e serem votados. Decorrentes desse modo de pensar, o Método Intuitivo, na segunda metade do século XIX, passou a ser destaque nos debates educacionais de Congressos Pedagógicos e Exposições Internacionais. Dentre as conferências citadas, Schelbauer pontua a Conferência de 1878, *Conférence sur l' enseignement Intuitif faite aux institutiers delegues à Exposition de Paris*, pois, nesse evento, Buisson discutiu sobre a polêmica sobre o Método Intuitivo e Lições de Coisas. A polêmica em questão era decorrente de colocar as lições de coisas, por vezes, como um programa a ser trabalhado em todas as disciplinas e, por vezes, como uma disciplina única. Ao considerar essas duas possibilidades, Buisson fez críticas ao uso das lições como uma disciplina, pois, para ele, deveria perpassar todas as disciplinas, conforme acontecia nos Estados Unidos.

A polêmica supracitada esteve presente nas publicações da Revista *A Escola*, fato que permite evidências sobre as concepções dos colaboradores em relação ao uso do Método Intuitivo e as Lições de Coisas na Instrução Pública paranaense. O uso de ambos os termos, também presente na Revista, demanda elencar as diferenças e semelhanças entre eles.

Valdemarin (2004) enfatiza que o Método Intuitivo tem suas divulgações amparadas em outras denominações, a exemplo de Lições de Coisas e Método Objetivo. Ao direcionar seus estudos sobre Lições de Coisas, a autora situa a compreensão presente nas reformas educacionais elaboradas por Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa, pois o primeiro colocava as Lições de Coisas como exercícios a serem ensinados à parte, enquanto, para o segundo, elas deveriam abranger todo o ensino e que, portanto, não poderiam ter um horário específico. No quadro a seguir, foram reunidas informações sobre o termo Lições de Coisas presente na Revista *A Escola*.

#### Quadro 1 – As Lições de Coisas na Revista A Escola

ANO	TÍTULO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR(ES)	TERMO USADO
1906	Inspetoria Escolar	Noticiário	Sem autoria identificada	Licções de Cousas
1906	A Pedagogia e a Escola	Tradução	Alicia Moreau	Licção de Cousas
1907	Parecer	Parecer	João Podelek Boué, Lysimaco Ferreira da Costa, Francisco R. Azevedo Macedo.	Licções de Cousas
1908	Projecto	Projecto	Diario	Licções de Cousas
1908	Educação Agricola	Artigo	Francis Aliston Channing	Licção de Cousas

**Fonte:** Revista *A Escola* (1906-1910). Organizado pelos autores.

<sup>4</sup> Ferdinand Buisson (1841-1931) foi educador e intelectual francês. Suas ideias foram bases para a elite intelectual brasileira, representada por Rui Barbosa (1849-1923) e Menezes Vieira (1848-1897). A influência dele no Brasil decorre da sua posição e atuação política e profissional, visto que ele foi “Inspetor Geral da Instrução Pública na França (1879), Diretor do Ensino Primário (1879), redator da Revue Pédagogique, Professor da Sorbonne (1887)”. (BASTOS, 2000, p. 83)

A concepção de Lições de Coisas foi colocada pelos colaboradores como uma disciplina à parte, e isso predominou nas publicações da Revista *A Escola* (1906-1910). Por sua vez, a determinação do Inspetor Escolar era que, aos sábados, um professor, usando a última hora do período de trabalho no museu escolar, deveria dar a seus alunos explicações simples das Lições de Coisas (A ESCOLA, 1906).

Na tradução assinada por Alicia Moreau (1906), o termo Lições de Coisas foi usado para enaltecer que qualquer objeto simples, a exemplo de uma pedra, poderia ser usado pelo professor como “matéria” para a Lição de Coisas. Destaca-se que, para os estudiosos, o simples fato de olhar e descrever os objetos não poderiam ser considerados aprendizados.

No parecer emitido em 1907 sobre o *Compêndio de Pedagogia*, encontram-se Lições de Coisas como uma disciplina que, juntamente a outras, compunha o curso de formação de professores da Escola Normal, disciplina esta presente no terceiro ano do curso. Essa realidade se aproxima da concepção criticada por Rui Barbosa (1947) de que as Lições de Coisas deveriam ter um espaço específico no ensino, em vez de ser o próprio curso. Ao contrário, o projeto de Lei apresentado à Sessão Legislativa de 17 de fevereiro de 1907, no Paraná, situou as Lições de Coisas como a “base fundamental de toda a escola elementar” (DIÁRIO, 1908, ano 3, n. 1, p. 18). Supõe-se a concepção de que as Lições de Coisas não deveriam ser consideradas como um conteúdo separado. O fato é que não havia um consenso em relação às concepções sobre as Lições de Coisas.

Na discussão sobre Educação Agrícola, publicada na Revista *A Escola*, o termo Lições de Coisas era utilizado para justificar a necessidade do ensino vivo, no qual os alunos pudessem observar as coisas, conhecer, aprender a lidar com as técnicas de cultivo, e não, simplesmente, memorizá-las.

O Método Intuitivo fez parte do contexto educativo paranaense das primeiras décadas do século XX e também esteve presente nas discussões publicadas na Revista *A Escola*. No quadro a seguir, visualizam-se as publicações que citam o termo Método Intuitivo.

#### Quadro 2 – Método Intuitivo na Revista *A Escola*

ANO	MÊS	NÚM.	Nº DE PÁGINAS	TÍTULO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	AUTOR	TERMOS USADOS
1906	Fevereiro	1	5-7	Syntaxiologia	Conteúdos de Português	Conego Braga	Methodo Syntactico Intuitivo
1906	Março	2	43-46	Relatorio	Relatorio	Josephina Carmen Rocha	Intuitivo
1906	Set./Out.	8-9	140-141	A Nossa Historia	Artigo	Verissimo de Souza	Intuitivo
1908	Mai/Jun.	2	41- 46	O Ensino Nacional	Artigo	Manoel P. Frazão	Intuitivo
1908	Jul./Set	3-5	89-91	Principios Diddacticos	Artigo	Maria Esther Ferreira de Souza	Methodo de Pestalozzi

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Ao fazer referência ao Método Intuitivo, os colaboradores da Revista *A Escola* retratam um contexto marcado pela concepção de que a educação ofertada, até então, não era condizente com a necessidade de formar pessoas sob os ideais da educação moderna. Em se tratando do termo Educação Moderna, o primeiro texto de apresentação da Revista explicita a necessidade

de que se fosse “difundida uma instrução sólida, ministrada de acordo com as prescrições da Pedagogia Moderna” (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1). Sobre as primeiras iniciativas da Escola Moderna, em São Paulo, Carvalho (2000) aponta que:

Tão logo proclamada à República, os governantes do Estado de São Paulo, representantes do setor oligárquico modernizador que havia hegemonizado processo de instauração da República, investem na organização de um sistema de ensino modelar. É assim que a escola paulista, estrategicamente, constituiu-se signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse Estado na Federação (CARVALHO, 2000, p. 112).

São Paulo foi o Estado que recebeu investimentos para a estruturação da educação moderna, o que fez dele um modelo para outros estados, entre eles o próprio Paraná, lugar que alguns colaboradores da Revista *A Escola* desejavam que fosse um estado modelo, a “Atenas brasileira”. As evidências na Revista, bem como os estudos de autores como Schelbauer (2003) e Reis Filho (1981), permitem situar o quanto a educação paranaense foi influenciada pelo modelo paulista de organização da educação.

Em São Paulo, o modelo escolar moderno pautou-se na “arte de ensinar”. Nessa perspectiva, os futuros professores, por meio da observação, aprendiam o modelo ideal para ensinar as crianças, para que, quando fossem atuar, imitassem os métodos e as práticas aprendidos. Como meio de vigiar e orientar o ensino, foi instituída a inspeção escolar, bem como os relatórios de professores e diretores, visando dar visibilidade às práticas consideradas exemplos. Considerava-se que a maior preocupação da escola deveria ser o:

alevramento do caracter da criança, desenvolver-lhe o raciocínio, pouco se importando com a memória, filtrando-lhe no espirito sentimentos de piedade e de proibidade e preparar-lhe o coração para vibrar quando necessário for, quer lamentando os desastres nacionais, quer exultando com os triunfos, com as alterosas conquistas. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 1, p. 1-2)

As páginas da Revista refletem os anseios decorrentes das mudanças do contexto em que ela esteve em circulação. É significativo traçar alguns pontos para compreender a relação entre a Escola Moderna e a Revista. No Paraná, de modo especial, a Escola Moderna trata-se de um projeto divulgado por Dario Vellozo, considerado um dos principais difusores dessa concepção de educação, que aproveitou das oportunidades para defender a necessidade e a importância de uma transformação na educação. Vellozo justificou tal concepção pela sua vivência, sua experiência e suas reflexões acerca dos anos de atuação como docente. Em suas palavras:

O fructo sazonou ao sol de infatigáveis estudos, exame de organizações escolares do extremo oriente aziatico, da Europa e da America, em o intuito de solver a crise econômico social que se avoluma nos horizontes da terra brasileira, mais particularmente no Estado do Paraná, cujos recursos naturaes, costumes e orientação melhor conheço. (VELLOZO, 1909, ano 4, n. 1, p. 7)

Havia a concepção de escola como meio para solucionar os problemas de ordem social. Para Vellozo, o modelo de educação ofertado, até então, era obsoleto e distante das necessidades do contexto, uma vez que a escola precisava superar “[...] o ensino quase medievo, formado apenas retóricos, metapysicos, theoristas, alheios à prática, ao trabalho, à vida em seus moldes os mais comuns, braços e cérebros em maior número carecendo” (VELLOZO, 1909, ano 1, n. 1, p. 7).

Sendo o Método Intuitivo o mais coerente com a proposta de Educação Moderna, ele apareceu nas publicações dos seguintes autores: Conego Braga; Julia Wanderley Petrich; Josephina Carmen Rocha; Esther Pereira; Verissimo de Souza; Alicia Moreau; João Podelek Boue; Maria Esther Ferreira de Souza; e Dario Vellozo. Convém destacar que não foram todos esses autores que definiram explicitamente o Método Intuitivo, bem como não se pode afirmar que todos tiveram a mesma concepção acerca dele. No entanto, as definições encontradas nas páginas da Revista contribuem para conhecer, parcialmente, como o Método era compreendido segundo os colaboradores supracitados.

O termo Método Intuitivo na Revista *A Escola* teve diferentes abordagens, isso foi decorrente da aplicação ou prática do método, tendo por base os princípios de modernização e inovação. Essa constatação pode ser interpretada, na perspectiva de Valdemarin, ao considerar que:

Enquanto alguns autores o consideram um método geral de ensino que pode ser utilizado para todos os conteúdos de instrução, outros o consideram adequado somente àqueles conteúdos cujos objetos de ensino concretos, tais como desenho, ciências, aritmética elementar etc., isto é, conteúdos que possibilitam percepções diretas aos sentidos. (VALDEMARIN, 2004, p. 171)

As interpretações diferenciadas são percebidas também nos discursos dos colaboradores da Revista *A Escola*. Em algumas passagens, pode-se perceber o diagnóstico sobre a necessidade de mudanças do método. Em seu primeiro artigo sobre *Syntaxiologia*, Conego Braga (1906, ano 1, n. 1, p. 6), embora não defina o Método Intuitivo, salienta que usa desse por não concordar com a maneira como os conteúdos são trabalhados, isto é, a “classificação errônea, irrazoável, anticientífica e antisyntaxia da analyse em gramatical ou etymologica e lógica”. Seu ponto de vista é assim explicitado:

Há uma coisa com a qual não me posso conformar, porque destoa desse concerto harmônico; contra ella tento reagir pela imprensa, como o tenho feito nos exames, nas aulas de francês a meu cargo e estou fazendo nos fascículos da monografia sobre o *see* em romanico e com o meu methodo syntactico intuitivo, ainda inédito porque me faltam recursos para os dar á publicidade. (BRAGA, 1906, a. 1, n. 1, p.6, grifo do autor).

O colaborador fez críticas à metodologia usada nas escolas inspecionada por ele, de modo específico, aos conteúdos de gramática, uma vez que as classificações foram realizadas conforme compêndios oficialmente determinados. Braga (1906) não menciona o compêndio em questão, porém salienta que a não aprendizagem científica dos conteúdos gramaticais por parte das alunas não seria culpa dos professores, pois eles eram obrigados a seguir o compêndio. Com base nas inferências possíveis na Revista *A Escola*, o compêndio em questão era *Grammatica Portuguesa*, de João Ribeiro, pois, nesse período, os compêndios eram indicados pela *Congregação do Gymnasio Paranaense e da Escola*

*Normal*. Na colocação de Braga, fica evidente a crítica ao compêndio oficialmente adotado, bem como seu interesse em mencionar o que ele nomeou de método próprio; era comum, no período republicano, a elaboração de compêndios e manuais a partir de entendimentos próprios do que seria ou deveria ser o Método Intuitivo.

Para Valdemarin (2004), muitos desses manuais e compêndios traziam, em suas capas, o termo Lições de Coisas ou Método Intuitivo, porém seus conteúdos se distanciavam significativamente de uma proposta de ensino baseada nos princípios do Método Intuitivo.

As diferentes interpretações acerca do Método Intuitivo foram visíveis nas palavras de Josephina Carmen Rocha:

O ensino é intuitivo, sendo ministrado simultaneamente aos alunos aptos para o estudo em classe, estes são os do Terceiro e Quarto livro de leitura e a classe mais adiantada para a qual adaptei o livro de Gonzaga Duque Estrada *Revoluções Brasileiras*. (ROCHA, 1906, ano 1, n.2, p.44)

Rocha coloca o Método Intuitivo apenas nas situações em que os alunos já tivessem conhecimentos a ponto de serem considerados aptos. Para ela, o método não contribuiria com o aprendizado de todos.

Esther Pereira (1906, ano 1, n.7, p.123), ao realizar um resumo sobre métodos de ensino, que se tratava de uma lição do segundo ano da Escola Normal, situou que o Método Intuitivo teria “por base a lição de cousas”, apontando que Pestalozzi entendia que os sentidos deveriam ser educados e, logo em seguida, ressaltou que Compayré discordava, pois, para ele, os sentidos deveriam ser educados conforme houvesse a necessidade. A colaboradora permite fortalecer a concepção dos diferentes entendimentos sobre o Método Intuitivo.

Já Verissimo de Souza (1906) propõe o Método Intuitivo para o ensino de história, pois considerava que “O ensino de História às crianças apresenta múltiplos embaraços em virtude de ser essa materia uma d’aquellas que é mais difficil, se não impossivel, a adaptação do methodo pedagógico por excellencia- o intuitivo” (SOUZA, 1906, ano 1, n. 8-9, p. 140). Segundo esse colaborador, seria preciso adaptar o método para, então, ensinar história às crianças. Essa ideia evidencia que, no contexto vivenciado por Souza, o método não fazia parte do ensino como um todo.

Esther Pereira (1906) relaciona Pestalozzi como autor referência do Método Intuitivo. Tal evidência aparece na seguinte passagem:

Intuitivo [...] Pestalozzi considerava-o um methodo tanto melhor quanto mais sentidos attrahia; entendia que os sentidos deviam todos ser educados ao mesmo tempo, Compayré discorda desse opinar, entendendo que os sentidos são educados na proporção de sua utilidade e necessidade. (PEREIRA, 1906, ano 1, n. 7, p. 123).

A referência a Pestalozzi feita pela colaboradora sinaliza a necessidade de educar todos os sentidos ao mesmo tempo, pois o conhecimento seria adquirido por meio dos sentidos trabalhados. No entanto, a colaboradora coloca uma contradição, pois Compayré tem uma concepção diferente; para ele, não era necessário educar todos os sentidos de uma só vez. Nas palavras de Esther Pereira (1908, ano 1, n. 3-5, p. 89), “A qualidade primordial da educação é a intuição. Fazendo aplicação do excellente methodo de Pestalozzi, o professor transmite os conhecimentos exercitando e aproveitando os sentidos corporaes das crianças”. Valdemarin (2004) contextualiza o Método Intuitivo no seguinte sentido:

Em meados do século XIX, o método intuitivo é entendido por seus propositores europeus e americanos como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar, que é assim pontuada: forma alunos com domínio insuficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição em detrimento da compreensão e impor conteúdos sem exame e discussão. (VALDEMARIN, 2004, p. 103).

A autora destaca que o método tem suas origens na Alemanha no final do século XVIII, e sua difusão em território nacional brasileiro é datada no período que compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esse recorte temporal engloba o período de elaboração e publicação da Revista *A Escola*, evidenciando, com isso, que as referências sobre esse método que nela estavam presentes faziam parte de um movimento de caráter nacional e transnacional, o qual defendia e difundia o Método Intuitivo.

O Método Intuitivo seria suficientemente bom no que diz respeito ao processo de aprendizagem dos alunos, que, até então, era pautada na memorização e repetição dos conteúdos. O novo desafio consistia em considerar que a relação com o mundo por meio dos sentidos colocaria a educação:

como um ato civilização e emancipação humana, uma vez que a razão, adequadamente moldada, criaria a possibilidade de construção de uma sociedade harmônica, espelhando o processo obtido na compreensão do processo de conhecimento. Nessa perspectiva, a experiência e a razão firmam-se como instrumento para a compreensão do mundo natural e social, tornando-se inteligíveis ao homem, e a educação torna-se o meio para desenvolver os talentos naturais dos indivíduos, utilizados tanto em benefício próprio quanto da sociedade. Nessa concepção, o homem educando é entendido como um ser capaz de se autoconduzir fazendo uso de sua capacidade racional que reverte em benefício para a coletividade por meio da participação econômica e política. (VALDEMARIN, 2004, p. 35)

A ideia de que os sentidos refletem uma nova possibilidade de relação com o mundo físico e natural demandava a necessidade de educação dos sentidos, pois embora esses sejam o ponto de partida para o conhecimento, faz-se necessário desenvolver a capacidade de observação. Assim, a elaboração do Método Intuitivo é decorrente da demanda de:

transferir para indivíduos reais – crianças – proposições abstratas elaboradas sobre indevidos genéricos. É justamente nessa tentativa que é elaborado e torna-se uma corrente bastante vigorosa na educação dos sentidos e para a educação pelas coisas e pela experiência. (VALDEMARIN, 2004, p. 39).

As publicações da Revista *A Escola* abordam o termo Lições de Coisas, desse modo, ao elaborar um parecer sobre o *Compêndio de Pedagogia* escrito por Dario Vellozo, João Podelek Boué (1907, ano 2, n. 6-7, p. 72-73) apresenta as partes que compõem esse compêndio, explicitando que a “3ª lição” do “terceiro anno” era composta pela “Licções de cousas”. Um Projeto do Estado do Paraná, com data de 19 de fevereiro de 1908, em seu Art. 3º, estabelece que:

O poder executivo deverá commissionar annual ou biannualmente, por tempo determinado, até 3 professores ou professoras de instrução primaria, dos mais habéis a aptos, para estudarem a organização, disciplinas e methodos adoptados nos Estados, onde a educação for mais moderna e completa, afim de fazerem nas escolas das diversas circunscripções escolares do Estado preleções, oraes sobre os methodos mais preconizados de ensino, seguidos nos centros mais adiantados, mostrando ao mesmo tempo como devem ser ensinadas pratica, intuitiva e synteticamente todas as matérias ou disciplinas do ensino elementar primario, intermediario e complementar, principalmente qual o methodo mais fácil e racional de ensinar a ler e escrever, e quaes vantagens decorrentes das licções de cousas, base fundamental de toda a educação e instrucção elementar. (CONGRESSO LEGISLATIVO DO PARANÁ *In: A ESCOLA*, 1908, ano 3, n. 1, p. 15-16).

Quanto à relação entre o termo intuitivo e lições de coisas, Valdemarin (2004) enfatiza que o Método Intuitivo tem suas divulgações amparadas em outras denominações, a exemplo de lições de coisas e método objetivo. Na realidade paranaense, a repetição do Método Intuitivo/Lições de Coisas pode ser entendida como fruto de uma determinação do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná, sob Decreto de n. 93, de 11 de março de 1901, cujo 1.º parágrafo do Art. 40.º dispõe que:

O methodo adoptado nessa escola será o intuitivo, e o seu programma de ensino constará, em linhas geraes, de licções de coisas, conversação familiar, canto, primeiros ensaios de desenho, leitura, rudimentos de calculo, recitação e exercícius manuais, alternando-se o ensino mental com exercícius phisicos, que constarão de jogos, brinquedos e movimentos gymnasticos. (PARANÁ, 1901, p. 95-96)

Conforme Frizzarini e Silva (2016) explicam, Rui Barbosa, representante brasileiro do Método Intuitivo, “[...] defende as lições de coisas como uma metodologia que deve abranger o programa todo, ou seja, seria um processo geral que se subordinam todas as disciplinas da instrução elementar” (FRIZZARINI; SILVA, 2016, p. 15). No entanto, de modo especial, no *Compêndio de Pedagogia* de autoria de Dario Velozzo, o termo “lições de coisas” aparece como uma “licção”, e não como uma proposta que perpassasse todos os conteúdos.

### **Método Intuitivo e a estruturação da instrução pública paranaense**

No contexto da Primeira República, visando à organização da instrução pública paranaense, ocorreram discussões, e decretos foram instituídos. Em consonância com os ideais republicanos, a Revista *A Escola* publicava as leis, os decretos e os regimentos sobre a Instrução emitidos pelo governo de estado. Na Revista, há referência ao Regulamento de Ensino da Instrução Pública do Estado do Paraná, documento esse que foi aprovado por meio do Decreto n. 93, de 11 de março de 1901. O conteúdo desse regulamento versava sobre o ensino primário, normal e secundário, havendo também a descrição das matérias a serem trabalhadas em cada nível. Conforme o art. 40.º desse Regulamento, na Escola Maternal Modelo, seria adotado o Método Intuitivo. Nessa instituição, também seriam efetuados os exercícius práticos das alunas e dos alunos da Escola Normal.

O Regulamento de 1901 também estabelecia que os professores deveriam, ao final de cada ano, enviar, sobre a realidade de sua escola, um relatório geral e um mapa relatando a frequência de seus alunos. Tratava, também, que os livros adotados deveriam ser aprovados pela Congregação e pelo Diretor Geral de Instrução Pública. Por sua vez, os membros da Congregação eram escolhidos pelo Diretor Geral. O horário e os dias de funcionamento das escolas também fizeram parte do Regulamento.

O conjunto de determinações presentes no Regulamento cobravam muitas ações e condutas dos professores, sendo que aqueles que não realizassem o seu trabalho conforme as exigências legais sofreriam as penalizações que iam, desde a remoção para escolas distantes do centro até a exoneração, ambas as situações foram publicadas no Expediente Oficial, presente nos primeiros anos da Revista *A Escola*. Essa ação pode ser compreendida como um meio de intimidar os professores e obrigá-los a cumprir o Regulamento.

Para inspecionar e fiscalizar o trabalho desenvolvido pelos professores, foi criado o cargo de inspeção escolar pela Lei n. 640, de 30 de março de 1906. Os Decretos mencionados na Revista apresentam os seguintes nomes para atuar na função: Sr. Ismael Martins para as escolas públicas da 2.<sup>a</sup> circumscrição; Dr. Francisco Xavier Teixeira de Carvalho para a 1.<sup>a</sup> circumscrição; Mauricio Tavora para o distrito judiciário de Espírito Santo de Itararé (A ESCOLA, 1906)<sup>5</sup>.

Conforme se nota na Revista, a Inspeção Escolar colocava as determinações a serem cumpridas pelos professores, como foi o caso da cobrança para que, nos dias de sábado, os professores levassem seus alunos ao museu para ensinar sobre história natural e sobre as Lições de Coisas (A ESCOLA, 1906).

A Revista evidencia a cobrança quanto à criação de escolas, pois, com o Regulamento de 1901, essa função era do Estado, porém, na prática, não acontecia a contento. Com isso, ao tratar sobre os edifícios escolares, o texto publicado pela direção da Revista anotou a realidade da Província de Buenos Aires, na qual o diretor geral das escolas designou verbas para a construção de edifícios escolares, assim denunciando que:

É de edifício dessa espécie que precisamos. As nossas escolas infelizmente, com raras exceções, funcionam em salas particulares, quase todas de pequenas dimensões, faltas de luz, de ar e de outros elementos necessários ao local, onde dezenas de crianças permanecem quotidianamente durante 5 horas determinadas pelo Regulamento para a aprendizagem. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 3, p. 62)

Havia o uso de um modelo para denunciar a falta de ambiente propício ao ensino paranaense, uma vez que o tempo determinado para a permanência da criança estava sendo cumprido. O excerto faz compreender que mesmo a escola sendo obrigatória e necessária para a formação do cidadão republicano, a falta de escolas era um problema existente desde o século XIX, chegando ao início do século XX sem solução.

A Revista divulgou que, por meio da Lei n. 667, de 4 de abril de 1906, foi criada a escola promíscua no bairro Novo Mundo, em Morretes (A ESCOLA, 1906). Assim, não se nega que houve a criação de escolas, porém a quantidade e as condições dessas não correspondiam à obrigatoriedade desejada.

Ainda sobre a realidade das escolas, a publicação do Decreto n. 179 atendeu a demanda da população do povoado “Pacotuba”, no município de Tamandaré, pois a escola desse povoado estava sem professor regente, logo, não estava funcionando (A ESCOLA, 1906). Existia

---

<sup>5</sup> Informações conforme Decretos n. 273, 279 e 287 publicados em *A Escola* n. 7, 8 e 9 de 1906.

necessidade de cobrança por parte da população para que o Estado cumprisse com o seu dever, garantindo o funcionamento das escolas.

O Decreto n. 52, de 7 fevereiro de 1906 tratou do Regulamento para reger, provisoriamente, o *Instituto Commercial*, e que, por meio desse instituto, buscava preparar o cidadão com um significativo conhecimento, o qual só poderia ser aprendido nessa escola (A ESCOLA, 1906). Anexo a essa instituição, foi criado, por meio da Lei n. 632, de 14 de março de 1906, um Curso Agrônômico, no qual o ensino deveria ser baseado na prática. Nessa perspectiva, o Art. 1.º estabelecia que:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, auctorizado a crear nessa cidade, annexo ao Instituto Commercial, um curso agronomico, comprehendendo além do estudo prático das línguas ministradas n'aquelle estabelecimento, uma aula de Agronomia e exercícios práticos correspondentes, que se effectuarão num campo de experiências. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n. 3, p. 64)

Manifesta-se a intencionalidade em tornar o ensino prático, com aproximações da vida cotidiana, preparando o cidadão por meio dos conhecimentos da ciência para explorar os recursos naturais abundantes no período. Unia-se a formação dos escolares e a formação profissional para a vida prática.

Como processo para as tentativas de organização da instrução pública em tempos republicanos, a reforma do Regulamento esteve presente nas páginas da Revista *A Escola*. Para tanto, no ano de 1907, foi formada uma comissão para organizar um projeto. Dessa comissão, foi criado o Regulamento da Instrução Pública pelo Decreto n. 479, de 10 de dezembro de 1907, nas determinações desse, observa-se o § 1º do artigo 2.º, que traz o seguinte texto:

§1º O governo, para a execução desta Lei, mandará confeccionar o Regulamento as aulas, disciplinas ou materiais, officinas, culturas, etc, etc., e tudo quanto tiver relação immediata como ensino livre e obrigatorio, bem como com a organização do ensino prático profissional-moderno. (A ESCOLA, 1908, ano 3, n. 2, p. 17)

Existia o interesse em formar os escolares com base no ensino prático, isto é, elemento necessário para a concretização da escola moderna. O Regulamento da Instrução Pública teve idas e vindas, tal processo foi alvo de críticas daqueles que apostavam nas mudanças da Instrução via legislação, pois, para os críticos, era inadmissível estar no ano de 1910 utilizando o Regulamento de 1901, sendo que, no ínterim, teriam sido elaborados outros dois regulamentos, os quais duraram, em média, quatro meses.

O regulamento de 1909, o melhor que teve o Paraná, adoptava medidas adiantadas e de alto valor pedagógico, e por isso foi julgado superior ao que podia o Paraná, e... foi revogado. O Paraná é mesmo uma infeliz terra, e nunca terá a importância de S. Paulo e muitos outros Estados da Republica. Aqui só se trata de política e nada mais. (A ESCOLA, 1910, ano 4, n. 4-6, p.260)

As idas e vindas do Regulamento foram decorrentes de questões políticas e reforçaram, com isso, a instabilidade na instrução pública paranaense. A publicação, assinada pelo *Diario da tarde* (1910), critica a atitude de Xavier da Silva, então presidente

do Estado. Para a referida imprensa, a amizade dele com Arthur Cerqueira prejudicou o ensino, pois, para Cerqueira, o Regulamento de 1909 não poderia continuar em execução e, com isso, o governador, com o apoio do Congresso, revogou e determinou a volta do Regulamento de 1901. Essa atitude do governo foi entendida pelo *Diário da tarde* (1910) como prova de que a administração paranaense era desorientada (A ESCOLA, 1910, ano 5, n. 4-6, p.261).

Os relatórios faziam parte das atribuições legais a serem cumpridas pelos professores, estando previsto no artigo n. 62 do Regimento da Instrução Pública (1903) e deveria ser entregue anualmente ao Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Paraná nos relatórios publicados na Revista *A Escola*. Neles, estão apontados elementos sobre as condições físicas das escolas, os materiais presentes nessas (dando ênfase aos materiais que faltavam), os dados referentes à quantidade de alunos que frequentavam as escolas e os números daqueles que desistiam. O Método Intuitivo se fez presente nesses relatórios.

A professora Julia Wanderley Petrich (1906), ao relatar sobre o método de ensino a ser praticado, afirma que este deve ser de acordo com a necessidade de cada aluno, que para ser útil deveria estar pautado nas “leis da psicologia”, acrescentando que ele deveria variar conforme o grau de adiantamento de cada aluno. Em suas aulas, buscava “tornar intuitivas e claras as explicações dadas”, dizia que o Método Intuitivo era vantajoso para ensinar as alunas mais “atrasadas”. Ela se colocava contra o ensino baseado somente na memória, colocava que a lição deveria partir de elementos concretos, sempre do mais simples ao abstrato. Essas evidências conotam sobre o uso do Método Intuitivo, embora esse não fosse compreendido como possível de ser ensinado a todos. Convém destacar que, quando essa professora coloca que o método utilizado deveria ser baseado nas leis da psicologia, nessa ideia, estava presente o Método Intuitivo, que colocaria o aluno como sujeito do aprendizado, e não mero receptor de conteúdos. Petrich citava Pestalozzi, pensador do século XVIII, como referência.

Valdemarin (2004) teorizou o Método Intuitivo e suas prescrições metodológicas e, com isso, destacou que o referido método tem suas bases no empirismo. Defendeu ainda que:

A grande revolução conceitual desencadeada pelo empirismo encontra seu terreno de aplicação por excelência no âmbito da educação, pois se a mente humana é uma “tábua rasa” e se todos os valores morais e intelectuais são provenientes da experiência sensível, é possível intervir e direcionar o desenvolvimento humano de acordo com o novo tipo ideal forjado pela revolução científica, pelo capitalismo, pelo novo modelo político. (VALDEMARIN, 2004, p.36)

Nos relatos da professora Josephina Carmen Rocha (1910), o ensino atrativo se fez presente, bem como a preocupação com o ensino útil, o qual deveria ser do simples ao composto, pois, assim, o aluno teria gosto pelo ensino.

Por sua vez, o ensino comercial ocupou espaços na Revista *A Escola*. Essa modalidade de ensino foi organizada em três anos, sendo os dois primeiros, um curso preparatório; e o último, o curso superior. O programa do curso era da seguinte maneira:

Curso preparatório- Calligraphia; portuguez-exercicio de orthographia e redação; línguas estrangeiras; princípios de contabilidade; arithmetica; álgebra elementar; geometria elementar; noções de physica e chimica; historia e geographia; desenho.

Curso superior- Calligraphia, línguas estrangeiras; contabilidade; mathematica applicada ao commercio; estudo de mercadorias; analyse

e manipulações; estudos de transportes; utensílios commerciaes; geographia commercial; história do commercio, marítima e industrial; legislação financeira e aduaneira; economia; desenho. (A ESCOLA, 1096, ano 1, n.1, p.29)

O programa do curso, principalmente do último ano, como é possível observar, estava pautado em disciplinas de conhecimentos voltados para o trabalho. Tal fato buscava preparar as pessoas para as necessidades do mercado, que demandava por agentes com conhecimentos modernizadores, pois:

O progresso das sciencias, o aperfeiçoamento dos utensilios commerciaes, o desenvolvimento extraordinário dos meios de transporte, produziram uma verdadeira revolução commercial. As relações entre os povos tornadas cada vez mais fáceis, pelos recursos da civilização, provocam continuamente a concurrencia excessiva. (A ESCOLA, 1906, ano 1, n.1, p.29)

Para a escola moderna, havia um projeto pensado com a seguinte estrutura: curso primário dividido em quatro classes, sendo a 4.<sup>a</sup> o curso complementar; secundário com três anos; especial com três anos. Nessa estrutura, quando os alunos terminassem o curso primário, especificamente o curso complementar, estariam aptos a frequentar o ensino secundário, o qual, por sua vez, prepararia para qualquer que fosse o ramo do curso especial. Esses cursos tinham como base a defesa do ensino prático (A ESCOLA, 1907).

A formação de cidadãos demandava por profissionais que fossem formados dentro desses moldes. A Escola Normal paranaense tinha um compêndio próprio, elaborado por Dario Vellozo, com lições distribuídas aos três anos do curso. O professor deveria pautar seu trabalho no conhecimento científico.

Contudo, tanto a formação ofertada na Escola Normal quanto o ingresso nesta sem a realização de um curso preparatório eram alvos de crítica. Para Georgina Mongruel (1907), a formação na Escola Normal era distante da prática e, para justificar sua crítica, comparou o aprendizado teórico em detrimento do prático com o aprender a nadar apenas com a leitura de livros e justificou sua compreensão sobre:

o deploravel efeito que causa na educação de nossos jovens filhos, a entrada na vida pratica de normalistas recentemente sahidos da Escola, a cabeça cheia de theorias, mas completamente inhabeis na applicação dos methodos da diversidade de intelligencias que lhes são confiadas. (MONGRUEL, 1907, ano 2, n. 8-9, p. 115)

Mongruel menciona e apresenta o modelo de Escola Normal europeia, considerado por ela pertinente, pois, ao lado dessa escola, havia uma escola de aplicação, na qual, após observações, os estudantes aplicariam suas aulas sob avaliação do professor de pedagogia. O foco no observar e reproduzir, tendo como base a prática do professor responsável, seria fundamental pela aplicação dos ensinamentos transmitidos para as turmas.

Macedo (1907), ao fazer suas críticas à estrutura do programa da Escola Normal, afirmava que o curso prático de pedagogia era “improficuo e algo defeituoso”. Como sugestão, Macedo colocou que o curso deveria ser aumentado em mais um ano, defendia que, com isso, os alunos estariam mais bem capacitados para a atuação no magistério. Para Macedo, a Escola Normal era importante, pois era por meio do magistério que a escola popular seria difundida. Assim, a Escola Normal deveria ser organizada de modo prático, com conhecimentos úteis.

Formação prática e conhecimentos úteis foram os intensificadores das críticas quanto à Escola Normal até então organizada, e tal fato permite compreender a tendência em romper com os modelos concretizados durante a escolarização da sociedade imperial. As ideias de ensino prático e útil estavam diretamente relacionadas ao Método Intuitivo, porém a literatura coloca discussões sobre os impeditivos para tornar essa formação nos preceitos do método, uma vez que os professores das escolas normais, nem todos, tiveram as suas formações alicerçadas no Método Intuitivo.

Sobre a formação de professores, percebe-se uma concepção de que os professores normalistas seriam os mais bem preparados para atuar seguindo os princípios do Método Intuitivo. Era preciso transformar a sociedade, e o caminho escolhido pelos republicanos foi a educação. Para tanto, era preciso focar na formação de professores e no como ensinar, com isso foi reconhecida a força da Escola Normal como o espaço mais adequado à formação e o Método Intuitivo como estratégia eficaz para a formação de mestres responsáveis pela formação cidadã de mão de obra para o processo de urbanização, que vinha ganhando forças.

Como características da tentativa em promover a instrução via Método Intuitivo, houve a organização e divulgação de compêndios pedagógicos. No contexto paranaense, de modo específico em Curitiba, o *Compêndio Pedagógico* ficou a cargo de Dario Vellozo, pois, conforme discursos de seus pares, ele era a pessoa mais preparada para tal função. O referido Compêndio foi publicado, pela primeira vez, no ano de 1907, isso após várias solicitações de outros intelectuais relacionados à educação paranaense. Pela Revista *A Escola*, percebem-se as solicitações desse Compêndio, por meio de exigência legal, para que ele fosse obrigatório às Escolas Normais.

### Considerações finais

A transformação da sociedade demandaria transformação no processo escolarizador na realidade do Estado Paraná no início do século XX. Nesse sentido, a imprensa pedagógica ocupou lugar fundamental na produção, mediação e circulação do debate das proposições pedagógicas atreladas às ações reformadoras do ensino que impactariam na formação dos cidadãos. Isso foi perceptível considerando que a Revista *A Escola* (1906-1910) divulgava os regulamentos da instrução pública, programas de ensino, relatórios de professores, condições da formação de professores, compêndios pedagógicos, entre outros. A pauta divulgada e promotora dos debates estava também ancorada na renovação pedagógica que se daria pelo Método Intuitivo.

Na Revista *A Escola*, seus autores colaboradores registraram evidências de apropriações do Método Intuitivo e das Lições de Coisas. Assim, defendia-se o ensino dos escolares visando conteúdos práticos relacionados com a necessidade da nova sociedade, marcada pelas dinâmicas urbanas, comerciais, industriais e a necessidade de mão de obra capacitada para eles, bem como a manutenção da República como organização política. A Revista era direcionada pelos ideais republicanos e, desse modo, defendia a instrução escolar como meio para a transformação do contexto paranaense, que precisava ser modernizado.

### Referências

A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado da Paraná. 1906-1910. Curitiba: *Acervo Biblioteca Pública do Paraná*: divisão estadual, ano 1, n. 1, p. 1, 1906.

BASTOS, Maria Helena Camara. As Revistas Pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande de Sul (1951-1992). In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 47-75.

BOGONI, Marcia Ferreira Pinto. *Ensinar a ser cidadão: as abordagens dos docentes do Paraná na Revista “A Escola” (1906/1910)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

BOUÉ, João Podelek. Parecer sobre o compendio de Pedagogia que está elaborando o Snr. Dario Vellozo, lente de História Universal e do Brasil, do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. *A Escola*, Curitiba, ano 2, n. 6-7, p. 72-74, 1907.

BRAGA, Conego. Sintaxiologia. *A Escola*, Curitiba, ano 1, n. 1, p. 5-7, 1906.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cyntia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 225-251.

CATANI, Denise Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de Ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./ dez. 1996.

CONGRESSO LEGISLATIVO DO PARANÁ. Projecto. *A Escola*, Curitiba, ano 3, n. 1, p. 17-18, 1908.

DIÁRIO. Instrução Publica. *A Escola*. Curitiba, ano 3, n. 1, p. 16-18, 1908.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1978. v. 2. t. III.

FRIZZARINI, Claudia Regina Boe; SILVA, Maria Célia Leme da. Saberes elementares geométricos e formas: passado e presente. *HISTEMAT – Revista de História da Educação Matemática*. v. 2, n. 2, p. 122-139, 2016.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. 2. ed. Rio de Janeiro; DS&A, 2005.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. Epistolas Pedagógicas. *A Escola*. Curitiba, ano 2, n. 6-7, p. 67-71, 1907.

MARACH, Caronline Baron. *Inquietações Modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MONGRUEL, Georgina. Ensino Didactico. *A Escola*. Curitiba, ano 2, n. 8-9, p. 115-116, 1907.

MORANDI, Franc. *Modelos e métodos em pedagogia*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2002.

MOREAU, Alicia. A pedagogia e a escola. *A Escola*. Curitiba, ano 1, n. 10-11, p. 155-161, 1906.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). *Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

P. C. Biographia. *A Escola*. Curitiba, ano 1, n. 5, p. 93-95, 1906.

PARANÁ. *Decreto n. 93, de 11 de março de 1901*. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1901. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Ahú. 314p.

PEREIRA, Esther. Curso de Pedagogia. *A Escola*. Curitiba, ano 1, n. 7, p. 122-129, 1906.

PEREIRA, Esther. Principios Didacticos. *A Escola*. Curitiba, ano 3, n. 3-5, p. 89, 1908.

PETRICH, Julia Wanderley. Relatórios. *A Escola*. Curitiba, ano 1, n. 1, p. 17-25, 1906.

REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

ROCHA, Josephina Carmen. Relatório. *A Escola*. Curitiba, ano 1, n. 3, p. 43-46, 1906.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa Pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929-1930). *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 37, n. 2, p. 151-163, abr./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v37i2.22666>

SCHELBAUER, Analete Regina. *A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870 – 1889)*. 2003. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2003.

SOUZA, Veríssimo de. A nossa História. *A Escola*. Curitiba ano 1, n. 8-9, p. 140-141, 1906.

VALDEMARIN, Vera Teresa. *Estudando as lições de coisas: análise dos fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo*. Campinas: Autores Associados, 2004.

VELLOZO, Dario. Subsídios Pedagógicos. *A Escola*. Curitiba, ano 4, n. 2-3, p. 50-51, 1909.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. *A Expressão do Liberalismo na Revista A Escola (1906- 1910) no Paraná*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.